



TAP Governo quer aprovar a oferta pública de 5% no primeiro trimestre

Venda a trabalhadores arranca até março

Cátia Simões

catia.simoes@dinheirovivo.pt

► O Governo quer aprovar até março o lançamento da oferta pública de venda (OPV) de 5% do capital da TAP, numa operação reservada aos trabalhadores da companhia aérea e que é o próximo passo no processo de privatização.

Depois de vários meses de negociações – e de um impasse devido à indefinição em torno da equipa de gestão da Caixa Geral de Depósitos (CGD) – a companhia aérea liderada por Fernando Pinto fechou as negociações com os bancos credores para a extensão da maturidade do empréstimo de 800 milhões de euros da TAP. A informação foi avançada pelo Jornal de Negócios e confirmada ao JN/Dinheiro Vivo por fonte oficial da tutela. O acordo, que ficou fechado na sexta-feira, prevê o prolongamento da maturidade por mais sete anos, até 2020, e a redução em 1% da taxa de juro média da dívida não garantida. O empréstimo expirava em novembro e em causa está a renegociação de apenas 120 milhões de euros da dívida.

Esta negociação era uma das condições para o Estado voltar a ser acionista maioritário, comprando ações ao consórcio Atlantic Gateway, que venceu a privatização e comprou, na altura, 61% do capital. O Estado ficará com 50% da TAP e a Atlantic Gateway terá 45%, a que acrescentam as ações que não forem subscritas



ANTÓNIO FERREIRO SANTOS / GERAL IMAGES

TAP, liderada por Fernando Pinto, tem uma dívida de 800 milhões

Aeroporto Governo escolhe Montijo

● O Governo quer avançar com a transformação da Base Aérea do Montijo em aeroporto comercial, para complementar o aeroporto de Lisboa, noticiou o "Expresso" este fim de semana. O memorando de entendimento deverá ser assinado com a ANA – Aeroportos de Portugal em meados de fevereiro, mas ainda não foram divulgados os custos das ligações rodoviárias do Montijo para Lisboa e a compensação à Força Aérea Portuguesa, que ocupa atualmente a base.

pelos trabalhadores. Esta operação, contudo, só deverá ficar fechada no segundo trimestre deste ano.

As negociações estiveram num impasse devido à incerteza em torno da administração da CGD, um dos principais credores, a par com o BCP e o Novo Banco. O processo foi conduzido por juristas, com os bancos a ser representados pelo escritório Morais Leitão.

Concluída a negociação com os bancos falta agora a aprovação da ANAC, o regulador da aviação, e a nomeação da nova administração para o processo de privatização ficar concluído. O Estado vai indicar o presidente do conselho de administração e este fim de semana o ECO noticiou que seria Lacerda Machado, braço direito de António Costa, a assumir estas funções. ●